

D. MANUEL VIEIRA PINTO

faleceu no passada dia 30 de Abril. No Porto.

A melhor homenagem é confessar que foi um Bispo cristão.



bispo Vieira Pinto com uma criança ao colo: um gesto como este provocou o primeiro escândalo do bispo à sua chegada a Nampula, em 1967. Foto © Arquivo da revista *Além-Mar*.

D. Manuel Vieira Pinto.

Ética e mística (1923-2020)

"Porque é que tu, que és Bispo, quando vens falar comigo, nunca me falas de Deus e da religião, mas do povo, da defesa dos seus direitos e da sua dignidade?", perguntou o Presidente Samora Machel a D. MANUEL VIEIRA PINTO, arcebispo de Nampula. "Porque um deus que precisasse da minha defesa seria um deus que não é Deus. Deus não precisa que O defendam. O Homem sim", respondeu D. Manuel.

Esta história foi-me contada por D. Manuel Vieira Pinto, à mesa, quando estive lá, no Paço episcopal, em Nampula, durante um mês, em 1992, a preparar uma antologia de textos seus, com o essencial do seu pensamento e que publiquei em 1992: D. Manuel Vieira Pinto. Cristianismo: Política e Mística (Antologia, Introdução e Notas de Anselmo Borges), Edições ASA. Nesse livro, publiquei também textos de homenagem, entre os quais um, excelente, de Mário Soares, então Presidente da República, que o condecorou com a Ordem da Liberdade.

Aquela resposta do Padre Manuel, como o arcebispo de Nampula, Manuel Vieira Pinto, gostava de ser tratado, diz bem o que é decisivo nele, para compreender o que significou a sua vida para a Igreja e para o mundo.

Já ia do Continente, como então se dizia, com boa e má fama, como acontece com todas as figuras que marcam a História. Com as suas conferências, a partir do movimento "Por um mundo melhor", no contexto da assunção plena do Concílio Vaticano II, arrastava multidões.

Ao aterrar, em 1967, no aeroporto de Nampula, como Bispo da Diocese, Manuel Vieira Pinto, beijando um bebé africano, causou o primeiro escândalo entre a população branca. Ele rapidamente se apercebeu do intolerável da situação, das humilhações dos africanos, da iniquidade da guerra colonial. Por isso, ergueu a sua voz de Pastor e de profeta contra a injustiça do sistema colonial, e a favor da liberdade e da dignidade. Ao mesmo tempo,urgia pôr termo a uma série de ambiguidades nas relações entre a Igreja e o Estado e nas próprias estruturas eclesiais, apoiadas nos binómios: professor-catequista, escola-capela, Administração-missão, Governo-Igreja. A evangelização não poderia confundir-se com "portugalização", mas tinha de ser anúncio da novidade libertadora e salvadora do Evangelho e formação de comunidades adultas na fé,

responsáveis e responsabilizadas nos vários domínios da pastoral e da presença transformadora da sociedade.

Ao regime colonial não interessava uma Igreja segundo o espírito do Concílio e que hostilizasse a aliança secular da Fé e do império. A defesa da dignidade inviolável da pessoa humana, a contestação do poder colonial e da classe dominante, a denúncia da guerra de agressão e repressão, a declaração do direito à independência do Povo moçambicano mereceram-lhe a perseguição e a expulsão por ordem do Governo, primeiro, da cidade de Nampula (10 de Abril de 1974), e, depois (14 de Abril de 1974), de Moçambique. Foi enforcado em efígie, acusado de "famigerado traidor à Pátria" e declarado "indesejável em todo o território nacional".

Exilado no seu próprio país, assistiu ao 25 de Abril, que vinha dar-lhe razão. Convidado pelo General Spínola para fazer

parte do Conselho de Estado, comunicou-lhe que agradecia, mas que não podia aceitar.

Depois, em 25 de Junho de 1975, foi a proclamação da independência de Moçambique. Era o júbilo de um Povo, que detinha agora nas próprias mãos o seu futuro e podia readquirir a identidade própria.



Os combates, porém, não tinham terminado, pois, mais uma vez, era necessário defender o ser humano, o ser humano concreto, que era desprezado e morto. No quadro de uma situação extremamente complexa e dolorosa, que incluía a humilhação e o ataque sistemático à Igreja, o bispo Manuel Vieira Pinto, regressado a Moçambique, pela atenção que lhe concediam, dado o sofrimento que ele - era uma pessoa muito sensível - e os seus missionários decidiram, no tempo colonial, suportar por causa da dignidade e direitos do Homem e do Povo moçambicano, teve várias entrevistas com dirigentes do país, concretamente com o Presidente Samora Machel. Em todas, o centro foi sempre a dignidade, a liberdade e os direitos do Homem, fosse quem fosse, e do Povo moçambicano.

O entusiasmo da liberdade reencontrada também correu o terrível risco de projectar miragens, no contexto da implantação do ideal do "Homem Novo". Permita-se-me uma nota pessoal: fiquei arrepiado, quando, em 1983, ao desembarcar no aeroporto de Maputo, vi à minha frente, em letras garrafais, o leiteiro: "Zona Libertada da Humanidade". Mas, logo em Janeiro de 1976, o Bispo Vieira Pinto falou com o Presidente, denunciando a violência contra o moçambicano, a propósito dos ataques que se faziam contra a chamada "alienação religiosa" e contra

"outras alienações" de que acusavam o Povo moçambicano: "alienação" política, "alienação" cultural... Mais tarde, pouco depois de a Frelimo se ter declarado oficialmente marxista-leninista, encontrou-se de novo com o Presidente, para lhe dizer claramente que o Partido, dada a sua natureza marxista-leninista, já não era um instrumento de libertação, como tinha sido a Frente de Libertação de Moçambique, mas um instrumento que naturalmente iria causar violência, terror e excesso de sofrimento, como tinha acontecido noutros países e noutras culturas, onde a mesma ideologia e o mesmo sistema se haviam instalado. Falou-lhe também das "ofensivas" em curso e da humilhação e desumanidade dos "campos de reeducação", que tinha visitado pessoalmente, e das próprias "aldeias comunais". Em 1979, houve novo encontro, para, mais uma vez, denunciar a malícia intrínseca do sistema, a sua desumanidade, o seu antiteísmo, a sua violência e terror. O sistema era errado e fonte de humilhações sem conta. A partir de 1980, as entrevistas foram mais na linha da guerra civil e dos

crimes que uns e outros cometiam, e também na linha da necessidade do diálogo político entre a Frelimo e a Renamo, sem deixar ao mesmo tempo de chamar a atenção para a perversidade da ideologia, inclusive como causa da guerra em curso no país. Já no final da sua vida, era o próprio Presidente Machel que lhe falava da violência e da desumanidade do sistema, recordando-lhe o que lhe dissera na primeira entrevista, em 1976, queixando-se. Perguntou: "A nossa luta era justa ou não era justa? Se era justa, porque é que os países cristãos não nos ajudaram, permitindo que outros países ateus e materialistas nos ajudassem? Como sair agora de debaixo deste peso insuportável?".

Com o Presidente Joaquim Chissano, os encontros foram mais numa linha de trabalho e com a presença de outros Bispos, visando sobretudo a urgência do diálogo político e a criação de condições para a instauração da paz, a que o Povo tem direito, e da legitimidade democrática, e, porque a laicidade do Estado é uma conquista que não pode ser abandonada, não deixando também de prevenir contra o perigo de um Estado fundamentalista islâmico em Moçambique.

A documentação disponível não permite de modo nenhum sustentar a acusação de que "o Arcebispo de Nampula, tão militante em tempos, no regime colonial, em prol dos Direitos Humanos..., nada tem podido ou querido fazer contra os fuzilamentos, julgamentos e tratos não convencionais produzidos pelo regime do Presidente Samora Machel" (O Século, 19 de Junho de 1986). A D. Manuel Vieira Pinto também não pode ser lançada a acusação de mera "denúncia de gabinete", pois, às entrevistas e cartas a presidentes, ministros e governadores, juntou sempre a denúncia pública, em homilias, cartas pastorais, conferências, entrevistas, etc. A coragem com que enfrentou o regime colonial foi a mesma com que denunciou os crimes da ditadura marxista-leninista e da Renamo. Aliás, a mesma coragem que o levou, apesar da guerra e dos seus perigos omnipresentes, a visitar periodicamente as comunidades cristãs espalhadas pela Diocese, para levar-lhes a Palavra da esperança e partilhar festivamente com elas, como eu próprio fui testemunha, o Pão da Eucaristia, do Amor e da Paz. Entre os limites, fraquezas e defeitos que terá tido,

certamente não se encontrarão o medo ou a cobardia.

A D. Manuel Vieira Pinto poderá aplicar-se o que ele mesmo disse de D. António Ferreira Gomes, Bispo do Porto, igualmente exilado: "Não foi um político à frente de uma Igreja, mas um Pastor evangelizando e santificando o Povo de Deus que lhe estava confiado, assumindo como dever irrecusável a defesa e o crescimento deste Povo de Deus - um Povo de homens concretos, reais, históricos, homens e mulheres chamados a viver", combatendo "pelo nome de Deus e pelo nome do Homem, pela glória de Deus e pela glória do Homem". Bispo de Deus e da Igreja, quis ser Bispo do Homem, fosse ele quem fosse, independentemente da raça, cor ou religião. O seu combate não foi contra as pessoas, mas contra a injustiça e a humilhação. Na guerra colonial, não foi contra os portugueses (que, já no Governo da Frelimo, defendeu, utilizando até meios diplomáticos), mas contra um sistema estruturalmente injusto. A sua opção não foi por um regime, por uma ideologia ou sistema, mas pelo Povo e pelo Homem, tendo preferência o humilhado e esquecido, para que nunca seja objecto, mas pessoa e

sujeito.

Por isso, acusado de novo, apelidado até de reaccionário, ameaçado em pleno regime comunista, declarou numa homilia, na Catedral de Nampula: "Meus filhos, tanto me bati pela vossa liberdade, e não sois livres! Eu fui avisado de que há quem não goste das minhas homilias. Mas eu expus a minha vida por vós. A minha vida não é minha, mas vossa. Entreguei completamente a minha vida pelo Homem em Moçambique. Se disparardes contra mim, hei-de gritar ainda mais alto, depois de morto".

Para a preparação da Antologia, por ocasião do 25.º aniversário da ordenação episcopal de D. Manuel Vieira Pinto, de que falei, fui confrontado com milhares de páginas da sua autoria. Na selecção, procurei seguir, na medida do possível, uma sequência histórica. Se dividi os textos seleccionados em duas partes (Da ética, Da graça), isso não significa que ética e mística sejam separáveis. Quis apenas sublinhar que são as duas faces do mesmo Evangelho. De facto, sem liberdade, sem autonomia, sem direitos humanos, a mística é vazia. Por outro

lado, como dizia o meu amigo e mestre, Miguel Baptista Pereira, "perdido o sentido do Mistério, que une na diferença e estabelece entre os homens a communio (a comunhão), instala-se a "indoutrinação" e a administração definitiva do Absoluto e consagra-se a intangibilidade dos seus burocratas, não fosse dilema humano o serviço do Mistério ou a vontade ilimitada do Poder."

D. Manuel Vieira Pinto faleceu na passada Quinta-Feira (ontem), dia 30 de Abril. No Porto. A melhor homenagem é confessar que foi um Bispo cristão.

Pe. ANSELMO BORGES.

<https://www.dn.pt/opiniao/opiniao-dn/anselmo-borges/-d-manuel-vieira-pinto-etica-e-mistica-12143454.html> (01-05-2020)

Ver *Folha Dominical* da Serra do Pilar, nºs: 722, 735 e 765.





Uma grande escritora,
Um espírito insubmisso

Maria Velho da Costa (1938-2020)

Maria de Fátima Bivar Velho da Costa, nasceu em Lisboa a 26 de Junho de 1938 e faleceu nesta mesma cidade a 24 de Maio de 2020.

Em 1969 publica *Maina Mendes*, um dos mais importantes e inovadores romances portugueses da 2.^a. metade do Século XX, em que a linguagem, colhida nos grandes clássicos da língua, se estrutura sedutora e límpida: *Como os lobos graves, como as trombas de neve que na serra dão em condenar sem ruído, Maina Mendes, queda na cama, larga-lhe sem saber e só pelo escancarado poço de escândalo que a tolhe, que descerrado nela lhe tem tolhida a fala, o pesado juízo de que é portadora.*

Quando, em Maio de 1971, «as mãos de 3 aranhas astuciosas» (Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa) iniciaram a escrita de *Novas Cartas Portuguesas*, tendo por matriz o texto *Cartas Portuguesas*, atribuído a Mariana Alcoforado, estariam por certo longe de imaginar o torvelinho que a sua publicação, em 1972, iria provocar no país sisudo, amargo e triste de Salazar e Caetano.

A propalada *Primavera Marcelista* ficava, através da persecutória investida sobre um livro, posta a nu. O embuste não resistiu a um livro que falava da mulher, do seu corpo e da liberdade de o usar; do desejo, do prazer e do amor compartilhados. O livro, como era usual nesses tempos de bruma, foi retirado das livrarias três dias após o seu lançamento. O pretexto, segundo a omnipresente Pide, na versão beata DGS, seria a de o conteúdo ser «insanavelmente pornográfico e atentatório da moral pública».

Seguiram-se processos-crime, audiências e toda a parafernália de acções de cerco e ameaças que o poder fascista usava em casos que tais. A *Revolução de Abril* poria fim a mais este funesto atentado à cultura e à livre expressão de ideias.

Mais do que tematizar a libido, as complexas relações entre géneros nas sociedades contemporâneas, as *Novas Cartas Portuguesas* denunciavam a situação política do país, a guerra colonial, o poder judicial e suas manhas, a condição da mulher numa sociedade conservadora, padronizada pelo homem, a emigração (mais de dois milhões de portugueses haviam partido), a falta de perspetivas futuras para os jovens.

No livro *Cravo*, numa prosa solar e libertária, de afirmação revolucionária, a autora regressará a estes temas, incluindo nesse magnífico acervo da nossa memória coletiva, o Poema *Revolução e Mulher*, no qual define com clareza o papel e a igualdade da mulher em Democracia: *Elas fizeram greves de braços caídos/Elas brigaram em casa/para ir ao Sindicato e à Junta/Elas gritaram à vizinha que era fascista/Elas souberam dizer/salário igual e creches e cantinas/Elas encheram as ruas de cravos.*

Missa in Albis, é uma das obras centrais do universo temático da autora de *Lucialima*. Nela coabitam várias abordagens sobre o amor e seus excessos, os mitos que se desfazem e transfiguram. Tendo como base de explanação e suporte ficcional, a celebração da *Missa da Oitava Páscoa*, que o título latino da obra acentua, o romance diz-nos da paixão, da angústia,

da morte, num registo romântico que lembra Camilo.

As personagens femininas de Velho da Costa, possuem um ambíguo sentido de transcendência, que não procura resgate, mas afirmação face ao caos do mundo; busca uma identidade superlativa e resistente que enfrente dúvidas e caminhos percorridos às cegas. Há nessas personagens uma modelar voz intemporal, da essência, do que redime ou mata, algo de poroso e selvagem como em *Maina Mendes*, ou o absoluto desespero em Sara, de *Missa in Albis*. Com elas a autora alargou, como Aquilino, os limites da língua, os vibratos semânticos, as ressonâncias

imagísticas da nossa Literatura.

Do acervo literário de Velho da Costa, convém reter ainda títulos como *Casas Pardas*, *Da Rosa Fixa*, *Corpo Verde* e *Irene ou o Contrato Social* (Prémio da APE em 2000).

Maria Velho da Costa recebeu o Prémio Camões, em 2002.

A História da Literatura fixará o nome de Maria Velho da Costa como uma das mais fecundas e inovadores vozes da nossa ficção. A mais profícua e justa homenagem será lê-la, não perder o mágico fio de prumo dessa prosa única, inconformada, desafiadora.

Domingos Lobo. Escritor.

Revolução e Mulheres

Elas fizeram greves de braços caídos.
Elas brigaram em casa para ir ao sindicato e à junta.
Elas gritaram à vizinha que era fascista.
Elas souberam dizer salário igual e creches e cantinas.
Elas vieram para a rua de encarnado.
Elas foram pedir para ali uma estrada de alcatrão e canos de água.
Elas gritaram muito.
Elas encheram as ruas de cravos.
Elas disseram à mãe e à sogra que isso era dantes.
Elas trouxeram alento e sopa aos quartéis e à rua.
Elas foram para as portas de armas com os filhos ao colo.
Elas ouviram falar de uma grande mudança que ia entrar pelas casas.
Elas choraram no cais agarradas aos filhos que vinham da guerra.
Elas choraram de verem o pai a guerrear com o filho.
Elas tiveram medo e foram e não foram.
Elas aprenderam a mexer nos livros de contas e nas alfaias das herdades
abandonadas.
Elas dobraram em quatro um papel que levava dentro uma cruzinha laboriosa.
Elas sentaram-se a falar à roda de uma mesa a ver como podia ser sem os patrões.
Elas levantaram o braço nas grandes assembleias.
Elas costuraram bandeiras e bordaram a fio amarelo pequenas foices e martelos.
Elas disseram à mãe, segure-me aí os cachopos, senhora, que a gente vai de
camioneta a Lisboa dizer-lhes como é.
Elas vieram dos arrabaldes com o fogão à cabeça ocupar uma parte de casa fechada.
Elas estenderam roupa a cantar, com as armas que temos na mão.
Elas diziam tu às pessoas com estudos e aos outros homens.
Elas iam e não sabiam para onde, mas que iam.
Elas acendem o lume.
Elas cortam o pão e aquecem o café esfriado.
São elas que acordam pela manhã as bestas, os homens e as crianças adormecidas.

Maria Velho da Costa

(no cinquentenário de vida presbiteral do Pe. Serafim Ascensão)



Foto: Alfredo Cunha. *Amadora*, anos 70 do século passado.

MIÚDO DA RUA

Calção roto, camisa suja
Olhar maroto e fugindo à rusga
Rouba o que vê e o que pode tirar
Não escreve, não lê, não sabe chorar
Miúdo da rua sem eira nem beira
Com tecto de lua, sem cama nem esteira
Miúdo da rua, nascido do vento
Verdade tão nua, produto do tempo
Andar traquina, descalço e só
Senta-se á esquina, até mete dó
Não tem o carinho dum pai, dum mãe
Bebe copos de vinho e sente-se alguém
Coragem não falta pro mundo encarar
Corre e salta sem nunca parar
O dia que vem vai-se repetir
Não sonha não tem direito a sorrir

Jorge Ataíde